



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 039/CONSUP/IFAM, DE 05 DE JUNHO DE 2023.

Aprova a criação e o Regimento Interno da Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – EDIFAM.

O REITOR *PRO TEMPORE* DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere o Decreto Presidencial de 08/06/2021, publicado no Diário Oficial da União – DOU Nº 106, de 09/06/2021, Seção 2, pág. 1, e conforme o disposto no § 1º do art. 10 da Lei nº 11.892, de 29/12/2008 e no inciso XI do art. 42 da Resolução nº 2-CONSUP/IFAM/2011, e;

CONSIDERANDO o Despacho nº 22489/2023-PPGI/REITORIA, de 25/04/2023, que encaminhou o Processo nº 23443.021282/2020-27 ao Conselho Superior, referente a minuta de criação e o Regimento Interno da Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, cujos trabalhos foram elaborados pela Comissão nº 1.379/GR/IFAM, de 23/10/2020;

CONSIDERANDO a submissão do processo ao Conselho Superior para apreciação da matéria que constou na pauta da 59ª Reunião Ordinária realizada de forma remota em 22/05/2023, com a relatoria do conselheiro José Pinheiro de Queiroz Neto;

CONSIDERANDO o Parecer e Voto do conselheiro relator, pela aprovação do processo sem ressalvas;

CONSIDERANDO a decisão dos conselheiros que aprovaram por unanimidade a matéria de acordo com o Parecer e Voto do conselheiro relator;

CONSIDERANDO o inciso V do art. 17 da Resolução nº 20-CONSUP/IFAM/2013 e o art. 12, combinado com o inciso X do art. 42 do Regimento Geral IFAM, aprovado pela Resolução nº 2, de 28/03/2011,

CONSIDERANDO a Recomendação nº 47-CONSEPE/IFAM, de 25/08/2021 e o Despacho nº 21662/2023-DPG/REITORIA, de 18/04/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação da Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – EDIFAM.

Art. 2º Aprovar o Regimento Interno da Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, conforme anexo, e que consta nos autos do Processo nº 23443.021282/2020-27.

Art. 3º Referendar os efeitos da Resolução nº 74-CONSUP/IFAM, de 04/10/2021, até a presente data.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

Reitor *pro tempore* do IFAM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

Regimento Interno da Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – EDIFAM, aprovado pela Resolução nº 039/CONSUP/IFAM, de 05/06/2023.

TÍTULO I
DA EDITORA E SEUS FINS

Art. 1º A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (EDIFAM), instituída pela Resolução nº 039/CONSUP/IFAM/2023, tem por finalidade editar e publicar obras de natureza acadêmica, apoiando o ensino, a pesquisa e a extensão, gerados por segmentos acadêmicos e intelectuais, orientada pelo critério de qualidade, ética e compromisso técnico-científico.

TÍTULO II
DA FINALIDADE

Art. 2º Este Regimento Interno organiza e disciplina o funcionamento e a política editorial da EDIFAM.

Art. 3º A EDIFAM está vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PPGI), com apoio da Pró-reitoria de Extensão -PROEX, responsáveis pelas publicações institucionais.

TÍTULO III
DA COMPETÊNCIA

Art. 4º Compete à EDIFAM:

I– editar obras (impressas ou por meio digital) de natureza acadêmica nas diversas áreas do conhecimento, com o intuito de:

a) suprir as carências de referências para o ensino Básico, Técnico e Tecnológico;

b) divulgar o resultado de pesquisas internas e externas ao Instituto, na área de ensino e educação profissional e tecnológica.

II– promover parcerias com outras Editoras que compõem o mercado editorial, sempre buscando manter um padrão editorial de qualidade;

III– promover, divulgar e distribuir sua produção editorial no circuito acadêmico e no mercado editorial; e

IV– contribuir na divulgação da ciência e do conhecimento científico.

TÍTULO IV
DOS OBJETIVOS

Art. 5º São objetivos da EDIFAM:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

- I– incentivar e apoiar a produção técnico-científica das áreas acadêmicas;
- II– editar trabalhos de interesse das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, nas diversas áreas do conhecimento;
- III– publicar a produção acadêmica, cultural e didática, em formato impresso ou digital;
- IV– divulgar e estimular a produção acadêmica, cultural e didática interna e externa ao IFAM;
- V– manter atualizado um catálogo de publicações da EDIFAM;
- VI – ampliar o acervo das Bibliotecas dos *campi* que compõem o IFAM.

TÍTULO V
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 6º Integram a EDIFAM:

- I – Coordenação;
- II – Conselho Editorial.

CAPÍTULO I
DA COORDENAÇÃO

Art. 7º O Coordenador da EDIFAM será o Coordenador Editorial de Publicações Científicas da PPGI.

Art. 8º Compete ao Coordenador da EDIFAM:

- I– convocar e presidir as reuniões do Conselho Editorial;
- II– coordenar os trabalhos da EDIFAM, cumprindo e fazendo cumprir as decisões do Conselho Editorial;
- III– elaborar o planejamento editorial, de acordo com a política definida pelo Conselho Editorial e as disponibilidades financeiras do IFAM;
- IV– promover entendimentos com autores, editores e órgãos de apoio à editoração;
- V– acompanhar a execução das atividades oriundas dos editais de publicação; e
- VI – representar a EDIFAM junto aos órgãos internos e de outras instituições.



CAPÍTULO II DO CONSELHO EDITORIAL

Art. 9º O Conselho Editorial é o órgão consultivo e deliberativo da EDIFAM, integrado por servidores efetivos do IFAM, com notória produção acadêmica, podendo, também, contar com pessoas qualificadas de outras instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 10. Integram o Conselho Editorial:

I – o Coordenador da EDIFAM, que exercerá a presidência desse Órgão;

II – um representante da PROEX;

III – oito servidores convidados, após consulta de interessados às unidades do IFAM, conforme sua área de atuação científica e nomeados por Ato do Reitor do IFAM por intermédio de portaria, garantida a presença de um representante de cada uma das grandes áreas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes.

Parágrafo único. Os integrantes do Conselho Editorial mencionados no inciso II terão mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 11. O Conselho Editorial se reunirá por convocação de seu Presidente, por iniciativa própria ou atendendo à demanda da maioria absoluta de seus membros.

I- os integrantes do Conselho Editorial não serão remunerados a qualquer título; e

II- o não comparecimento do Conselheiro a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas, sem justificativa, implicará na perda do mandato e na sua substituição por outro conselheiro.

Parágrafo único. As reuniões serão instaladas com a presença da maioria absoluta dos membros e as decisões serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes, em caso de empate decidirá o presidente.

Art. 12. Compete ao Conselho Editorial:

I- executar a Política Editorial da EDIFAM;

II- aprovar a publicação de originais encaminhados à EDIFAM, via editais ou demandas institucionais, e as obras a serem coeditadas por ela, valendo-se de pareceres técnicos, sempre que considerar necessário;

III- convidar editores para finalidades específicas;

IV- definir as diretrizes de promoção e divulgação da EDIFAM;

V- analisar e aprovar propostas de criação de periódicos institucionais ou quaisquer outros meios de divulgação editorial, na forma impressa ou digital, no âmbito do IFAM; e

VI- elaborar, quando necessário, propostas de alteração deste Regimento.

Art. 13. O Conselho Editorial reunir-se-á, ordinariamente, de três em três meses, e, extraordinariamente, mediante convocação do presidente ou da maioria simples dos Conselheiros.



TÍTULO VI DA POLÍTICA EDITORIAL DAS PUBLICAÇÕES

Art. 14. A EDIFAM priorizará a publicação de obras de relevância técnico-científica, didática, artística e literária de servidores do IFAM, assim considerados pelo Conselho Editorial.

Art. 15. O recebimento de propostas de publicação de obras deverá ser realizado por meio de editais, com regras específicas para cada tipo de publicação, conforme planejamento estratégico da EDIFAM.

Art. 16. A EDIFAM poderá publicar outras obras, conforme demanda institucional e disponibilidade material para tanto, a exemplo de anais de eventos institucionais, planos institucionais, cartilhas, dentre outras, sem a necessidade de edital específico, desde que aprovado pelo Conselho Editorial.

Art. 17. A EDIFAM poderá publicar obras derivadas de teses, dissertações e monografias adaptadas para tal fim em consonância com editais específicos, sejam de forma individual ou em coletânea, de acordo com o estilo adotado por esta Editora.

Art. 18. A EDIFAM poderá publicar obras de autores de renome, desde que aprovadas pelo Conselho.

TÍTULO VII DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 19. Os recursos financeiros da EDIFAM provêm:

I– das dotações atribuídas no Orçamento da Instituição;

II- de repasse financeiro de pessoas jurídicas destinadas à publicação de qualquer título, por meio de contratos e convênios, nos termos da Lei nº 8.958/1994 e do Decreto nº 7.423/2010; e

III- da participação em editais de agências de fomento.

Parágrafo único. Todo recurso recebido será gerido pelo Conselho Editorial que prestará contas a Pró-reitora de Planejamento e Administração -PROAD ou conforme estabelecidos em contratos e convênios.

TÍTULO VIII DOS DIREITOS AUTORAIS

Art. 20. Entende-se como direito autoral ou direito de autor aquele que tem como finalidade principal a proteção da pessoa do direito e criador da obra e que regulamenta as relações jurídicas a partir do ato de criação de obras literárias, científicas, intelectuais ou artísticas.

Art. 21. A EDIFAM tratará os direitos autorais, para os efeitos legais, como bens móveis, dispensando-lhes o entendimento jurídico conforme a Lei Federal nº 9.610/1998.

Art. 22. Se a obra encaminhada para publicação for aprovada pelo Conselho Editorial, a EDIFAM cuidará de propor ao autor um Contrato de Edição, após verificada a situação dos direitos autorais nela contidos, e tendo em vista sua proteção nos termos legais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

§ 1º No exercício do direito de reprodução, o titular dos direitos autorais contratará com o IFAM a disposição de obra, na forma, no local e no tempo ajustados, fazendo-o a título gratuito, pois o IFAM não comercializará as obras de sua cota que será de 85% dos exemplares impressos, sendo concedido 15% dos exemplares impresso para usufruto do autor;

§ 2º No exercício do direito de reprodução, a EDIFAM faculta ao(s) autor(es) o direito de impressão, com recursos próprios ou de terceiros, tendo este o direito de 85% dos exemplares, os quais poderão ser distribuídos a seu critério, inclusive podendo comercializá-los. Os outros 15% dos exemplares serão repassados à EDIFAM para distribuição de forma gratuita.

§ 3º A comercialização das obras impressas com recursos de terceiros está facultada à ciência da fonte pagadora.

§ 4º No momento da assinatura do Contrato de Edição, faz-se necessário que as informações sobre os direitos autorais e as possibilidades de uso e distribuição dos exemplares estejam expressas de forma objetiva e completa, visando garantir a proteção dos interesses do autor e da fonte pagadora. A EDIFAM se compromete a prestar todas as informações necessárias aos autores e à fonte pagadora, garantindo a transparência e o respeito mútuo em todas as etapas do processo de publicação.

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Até ser composto o Conselho Editorial, conforme previsto no art. 9º deste Regimento, seus membros serão indicados *pro tempore* pelo Reitor, por um período de até doze meses, de modo a garantir o adequado funcionamento da EDIFAM.

Art. 25. A EDIFAM se filiara à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) e à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), com objetivo, dentre outros, de facilitar a distribuição e de suas obras em âmbito nacional.

Art. 26. As publicações periódicas, produzidas pela EDIFAM, possuirão comissões editoriais específicas, cabendo ao Conselho Editorial da EDIFAM a sua supervisão geral.

Art. 27. As publicações produzidas pela EDIFAM deverão ser disponibilizadas no Repositório Institucional do IFAM.

Art. 28. Qualquer alteração proposta e aprovada do Regimento Interno pelo Conselho Editorial deverá ser encaminhada ao Conselho Superior do IFAM para determinação das medidas administrativas posteriores e entrará em vigor com a publicação da resolução probatória pelo referido conselho.

Art. 29. Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PPGI, admitido um único recurso a(o) Reitor(a) do IFAM, no prazo de 5 (cinco) dias.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

Reitor *pro tempore* do IFAM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

RESOLUÇÃO Nº 85/2023 - CONSUP/REITORI (11.01.01.01.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 19 de Junho de 2023

Resoluo_n_039_-Proc.23443.021282-2020-27_-Aprova__a_Criao_e_Regimento_da_ED.pdf

Total de páginas do documento original: 6

(Assinado digitalmente em 19/06/2023 10:51)
PEDRO RAIMUNDO DA FONSECA SOARES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
267857

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **85**, ano: **2023**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de Assinatura: **19/06/2023** e o
código de verificação: **eb639aefeb**